

Apaé prepara excepcionais para o mercado de trabalho

Deficientes mentais podem se adaptar bem a diversas atividades

LÍGIA FORMENTI

Os casos de integração de deficientes mentais na sociedade eram considerados exceção, até há pouco tempo. No entanto, hoje se constata que, com uma educação dirigida e um treinamento bem feito, essas pessoas podem desempenhar uma série de atividades, inclusive profissionais. O bom desempenho dos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apaé) é uma amostra de como os deficientes podem se adaptar bem.

A instituição acompanha os excepcionais desde o nascimento até a velhice. Para cada faixa etária, são propostas atividades que ajudam o desenvolvimento dos deficientes mentais. As crianças de menor idade passam por um setor de estimulação, onde realizam exercícios para coordenação motora, recebem noções de higiene e estímulos para sociabilização.

Artesanato — Depois dos 6 anos, as crianças recebem aulas com currículo aprovado pelo Ministério da Educação. Os alunos têm ainda artesanato, música, educação física e atendimento de fonoaudiologia. "Muitos completam o curso primário", disse a coordenadora do Setor Educacional Central da APAE, Maria Cecília Ribeiro.

Para alunos com maior grau de deficiência, é recomendado apenas o ensino de um número limitado de palavras, as mais usadas no dia-a-dia. Segundo Maria Cecília, o importante é que cada criança receba tratamento individual.

Além de preocupar-se com a formação das crianças, a Apae oferece cursos profissionalizantes. "Conseguimos colocação profissional para grande parte de nossos alunos", afirmou o coordenador do Setor de Trabalho da instituição, Roberto Veronezi.

Em sua opinião, essa conquista é de grande valia para os excepcionais. "Eles se sentem úteis,

passam a se valorizar e amadurecem", disse.

Para atingir esse objetivo, os alunos maiores de 14 anos que tenham cursado até a 2ª série do primeiro grau recebem noções de como se portar profissionalmente, de higiene e de segurança do trabalho. Realizam também cursos profissionalizantes no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), para atividades como as de mensageiro, office-boy e datilógrafo. De acordo com o aproveitamento, os alunos podem fazer estágios em empresas conveniadas. A Autolatina, por exemplo, oferece um curso de seis meses, de período integral.

Linha de montagem — Há ainda oficinas de trabalho onde os excepcionais que não possuem formação escolar fazem empacotamento, acabamento e seleção para indústrias conveniadas. Entre as empresas que usam os serviços dos núcleos estão a Pincéis Tigre, a Avon e a Caterpillar. "Fizemos aqui uma linha de montagem, até mesmo com cartão de ponto", diz Veronezi.

A estrutura do Centro de Profissionalização baseia-se em modelo da Espanha, considerado em todo o mundo como referência importante na educação e treinamento de excepcionais. Este mês, a Apae recebeu a visita do presidente da Confederação Espanhola das Associações em Favor das Pessoas com Deficiências, Paulino Azua.



Itamar Miranda/AE

Diferentes e iguais

Azua (esq.) e Veronezi: excepcionais têm o direito à Previdência Social e o dever de pagar impostos

Modelo espanhol integra deficiente à sociedade

Os trabalhos desenvolvidos pela APAE procuram se espelhar no exemplo da Espanha. Nos últimos anos, a situação dos excepcionais naquele país melhorou consideravelmente, graças à ação da Confederação Espanhola das Associações em Favor de Pessoas com Deficiência (CEA). Criada em 1964, a CEA reúne hoje 410 instituições. A entidade trabalha para eliminar preconceitos e mudar o tratamento ao excepcional.

Para isso, além de campanhas e de manter instituições, a confederação procura pressionar os poderes públicos para garantir subsídios e legislação que facilite a integração dos deficientes. "O deficiente tem direito a trabalhar e ser inscrito na Previdência Social; e tem o dever de pagar impostos", disse o presidente da CEA, Paulino Azua.

Salário mínimo — Na Espanha, existem cerca de 25 mil centros de trabalho onde os excepcionais executam serviços como, por exemplo, de lavanderia e tipografia. "Esses núcleos funcionam com maquinários, controle de qualidade e cartão de ponto", explicou Azua. Os funcionários recebem por mês o equivalente a US\$ 600 dólares (Crs 1,9 milhão), o salário mí-

nimo do país. Metade dessa quantia é paga com os recursos obtidos com a venda dos produtos ou serviços prestados pelos excepcionais. O restante é subsidiado pelo Ministério do Trabalho espanhol. "O salário é imprescindível para que o trabalhador sinta-se responsável e integrante da sociedade."

A legislação espanhola prevê a reserva de 2% das vagas de emprego de determinadas áreas para deficientes físicos e mentais. A educação do excepcional é obrigatória e gratuita. Para a integração, o governo destinada anualmente cerca de US\$ 40 milhões, obtidos por meio de impostos. Na declaração do imposto de renda, o cidadão espanhol pode indicar que prefere destinar uma pequena parte de sua contribuição a programas sociais como o de integração do excepcional.

"O importante é acabar com a falsa idéia de que o deficiente tem de ficar em casa, ocioso", disse Azua. "Isso pode até agravar o estado da pessoa." A confederação também ajuda a manter 300 residências, habitadas por 6 a 8 excepcionais. As casas geralmente contam com um funcionário, que ajuda na limpeza e na cozinha. O salário do auxiliar é pago pelos deficientes.